

TERRITORIALIZAÇÃO DA VIDA

CHACRAS E QUINTAIS PRODUTIVOS NO EQUADOR E NO BRASIL

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo¹
Giannina Zamora Acosta²
Camila Salles de Faria³

Resumo: Este estudo analisa a importância das *Chacras de vida* no Equador e dos quintais produtivos no Brasil como espaços socioecológicos integrais para a produção da vida, segurança e soberania alimentar. Estes espaços transcendem a localização e a produção de alimentos, configurando-se como práticas de cuidado, de saberes, de reciprocidade e sustentabilidade que articulam múltiplas dimensões ecossociais,

1 Universidade Federal de Mato Grosso

Assistente Social e Mestra em Serviço Social. Doutora em Educação. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso.

E-mail: eva.azevedo@ufmt.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7019234496158809>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6732-9597>

2 Universidad Amawtay Wasi – Equador

Engenheira geógrafa, mestra em gestão de informação geográfica e em estudos socioambientais, doutora em Saúde Coletiva, Ambiente e Sociedade. Docente e pesquisadora. Especialista em gestão territorial, análise de políticas públicas com enfoque territorial, geografia crítica e saúde coletiva. Membro Nacional da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de História e Geografia, sede Equador. Diretora do Instituto de Pesquisa em Biodiversidade da Universidad Amawtay Wasi – Equador

E-mail: giannina.zamora@uaw.edu.ec

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0706-6227>

3 Universidade Federal de Mato Grosso

Graduada em Geografia, mestre e doutora em Geografia Humana. Pesquisadora do GESP (Grupo de Estudos sobre São Paulo, do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) do Departamento de Geografia da USP. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

E-mail: camila.faria@ufmt.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6460752500225062>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4948-351X>

representando o metabolismo sociedade-natureza regenerativo, em contraposição ao modelo agroindustrial hegemônico e às atividades extrativas. Trata-se de um estudo fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, bem como observações e intervenções diretas em territórios de ambos os países. Neste são discutidas as relações com as políticas públicas, reconhecendo sua relevância e apontando lacunas, que refletem caminhos distintos que exigem esforços contínuos nos dois países.

Palavras-chaves: *Chacras de Vida*. Quintais produtivos. Produção de alimentos. Segurança, soberania alimentar e saúde.

TERRITORIALIZACIÓN DE LA VIDA: CHACRAS Y QUINTALES PRODUCTIVOS EN ECUADOR Y BRASIL

Resumen: Este estudio analiza la importancia de las *Chacras de vida* en Ecuador y de los *quintales productivos* en Brasil como espacios socioecológicos integrales para la producción de la vida, la seguridad y la soberanía alimentaria. Estos trascienden la localización y la producción de alimentos, configurándose como prácticas de cuidado, saberes, reciprocidad y sostenibilidad que articulan múltiples dimensiones ecosociales, representando un metabolismo sociedad-naturaleza de carácter regenerativo, en contraposición al modelo agroindustrial hegemónico y a las actividades extractivas. Se trata de un estudio basado en investigación bibliográfica y documental, así como en observaciones e intervenciones directas en territorios de ambos países. En él se discuten las relaciones con las políticas públicas, reconociendo su relevancia y señalando las brechas que reflejan caminos distintos y exigen esfuerzos continuos en ambos países.

Palabras claves: Chacras de Vida. Quintales productivos. Producción de alimentos. Seguridad, Soberanía alimentaria y salud.

Introdução

As *chacras de vida*⁴ no Equador e os quintais produtivos no Brasil se constituem em espaços socioecológicos fundamentais para a reprodução da vida, bem como para a segurança e a soberania alimentar em áreas urbanas, rurais, de povos indígenas e comunidades tradicionais. Para além de áreas destinadas ao cultivo, esses locais produtivos territorializam sistemas integrais nos quais se entrelaçam dimensões produtivas, afetivas, simbólicas e políticas, configurando práticas de cuidado, reciprocidade e sustentabilidade que respondem a racionalidades distintas do modelo agroindustrial hegemônico.

Nos últimos anos, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) têm reconhecido a relevância da agricultura familiar, da agroecologia e dos sistemas alimentares territorializados como pilares para a construção de políticas públicas orientadas ao direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar. Contudo, persistem lacunas significativas entre as diretrizes normativas e a implementação de políticas que efetivamente fortaleçam essas práticas. Em ambos os países, a ausência ou fragilidade de marcos institucionais, que protejam e promovam as *chacras* e os quintais, refletem uma tendência de homogeneização territorial e produtiva, que invisibiliza especificidades locais e reproduz estruturas de poder centralizadas na formulação de políticas públicas.

Este estudo busca analisar a importância das *chacras de vida* no Equador e dos quintais produtivos no Brasil, bem como sua relação

4 Neste texto se utiliza o registro *chacras de vida* considerando a escrita em espanhol *chacra*, sendo esse um termo original em quíchua.

com as políticas públicas nesses países. Metodologicamente, foram realizadas pesquisas, bibliográfica e documental, em legislações, relatórios institucionais e literatura especializada, complementadas por observações e intervenções diretas em territórios de ambos os países. Com vistas a apresentar outros elementos acerca da importância e significado das *chacras* e dos quintais produtivos para as famílias, foram incluídos trechos de entrevistas concedidas por participantes de Projetos realizados no Equador e no Brasil e que constam em seus respectivos dossiê e relatórios.

Considerar o território como articulação de processos sociais, ambientais, culturais, econômicos e institucionais permite compreender que as *chacras* e os quintais não são apenas unidades produtivas, mas também espaços de vida, saúde e esperança, capazes de orientar estratégias de políticas públicas de baixo para cima.

Ao evidenciar como esses espaços sustentam práticas metabólicas saudáveis e relações comunitárias de cuidado, argumenta-se que seu fortalecimento requer políticas públicas diferenciadas, que reconheçam a diversidade territorial e cultural. Assim, busca-se contribuir para o debate coletivo e para a construção compartilhada de marcos institucionais que promovam sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e culturalmente pertinentes no Equador e no Brasil.

1. As *chacras de vida* na Amazônia equatoriana: territórios de soberania, saúde e resistência

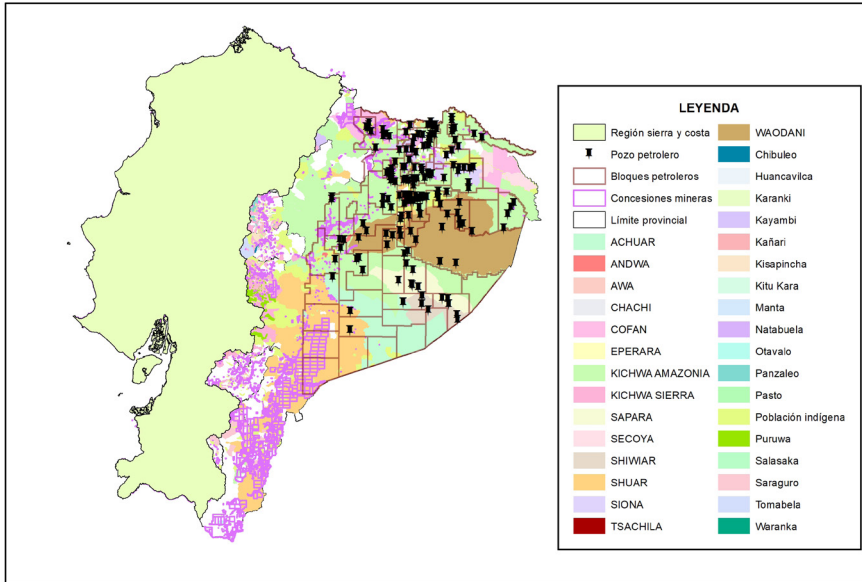
A vida das comunidades indígenas amazônicas se estrutura na interdependência com a terra, a água e os recursos naturais que sustentam suas práticas produtivas e culturais. Contudo, a

intensificação dos conflitos socioambientais reflete as disputas desiguais entre Estado, capital e povos indígenas pelo controle territorial. Na Amazônia equatoriana, as políticas coloniais e republicanas priorizaram interesses econômicos em detrimento dos modos de vida locais, promovendo exclusão e degradação socioecológica (Jarrin *et al.*, 2016). A expansão de atividades extrativas, como mineração, petróleo e monocultivos, consolidou processos históricos de desajuste entre sociedade e natureza, afetando a sustentabilidade dos ecossistemas e a coesão das comunidades amazônicas.

Processos extrativos envolvendo a mineração e exploração de petróleo ocorrem no interior de áreas protegidas (Figura 1a), assim como em territórios de povos indígenas (Figura 1b). Esses processos nocivos continuam degradando os territórios amazônicos e violentando os direitos coletivos das comunidades indígenas, apesar de a Constituição da República do Equador (vigente desde 2008) reconhecer a natureza como sujeito de direitos, o país como intercultural e plurinacional, e compreender os direitos coletivos como aqueles que permitem:

[...] manter a posse das terras e territórios ancestrais, participar do uso, usufruto, administração e conservação dos recursos naturais renováveis existentes em seus territórios, não serem deslocados de suas terras ancestrais, bem como serem consultados previamente à adoção de qualquer medida legislativa ou administrativa que possa afetar seus direitos coletivos (CRE, 2008, Capítulo IV, Art. 57).

Figura 1. Áreas protegidas, territórios indígenas e processos extrativos



Fonte: MATE⁵ (2024), ARCOM⁶ (2019), CELIR⁷ (2018), Zamora Acosta (2016, 2022, 2024).

As *chacras de vida* na Amazônia equatoriana (quintais ou unidades de produção voltadas à soberania, segurança alimentar e farmacêutica no marco da medicina ancestral e tradicional) representa muito mais do que sistemas agrícolas tradicionais: são espaços nos quais convergem a vida, a memória e a espiritualidade dos povos originários; a produção de alimentos, o cuidado com a saúde e a transmissão de saberes ancestrais conformam um tecido simbólico e material que sustenta a vida comunitária (Zamora Acosta *et al.*, 2024). Em um contexto de crescente expropriação e (in) justiça socioterritoriais (Soja, 2014), essas *chacras* territorializam a vida,

5 Ministerio del Ambiente y de Transición Ecológica.

6 Agencia Nacional de control Minero.

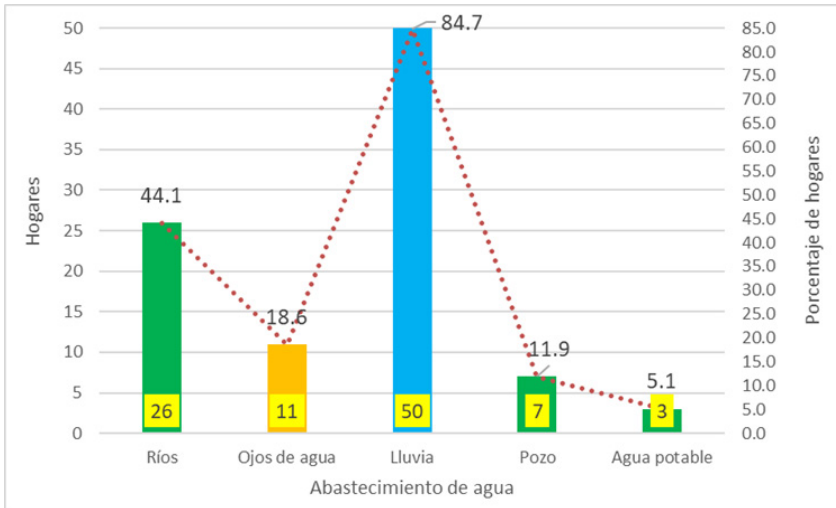
7 Comisión Especial de Límites Internos.

resistência e esperança, nos quais a reciprocidade com a natureza assume um sentido político e ético.

Na comunidade kichwa de Capirona, na qual foram entrevistadas 59 famílias, 94,7% das *chacras* cultivam ervas medicinais como gengibre, bálsamo, chuchuhuaso e guayusa, juntamente com alimentos como banana-da-terra (verde), mandioca, milho, amendoim e cacau. Esse mosaico agroecológico sustenta a soberania alimentar e a medicina ancestral, combinando produção para o autoconsumo e comercialização local.

No entanto, a aparente autossuficiência e equilíbrio dessas *chacras* se desenvolve em um contexto de alta vulnerabilidade sanitária, social e ambiental. A comunidade de Capirona, por exemplo, não possui acesso à água potável (Figura 2). Para uso doméstico, 54,2% dos domicílios combinam duas fontes de água (água da chuva e água do rio), enquanto 40,7% dependem exclusivamente do rio como uma única fonte... O rio Puní, que atravessa a comunidade, encontra-se contaminado “há mais de três anos” (entrevistado), embora seja responsável não apenas pelo abastecimento de água para consumo, mas também pela provisão de proteína (atividades de pesca).

Figura 2. Fontes de abastecimento de água para uso doméstico e consumo humano



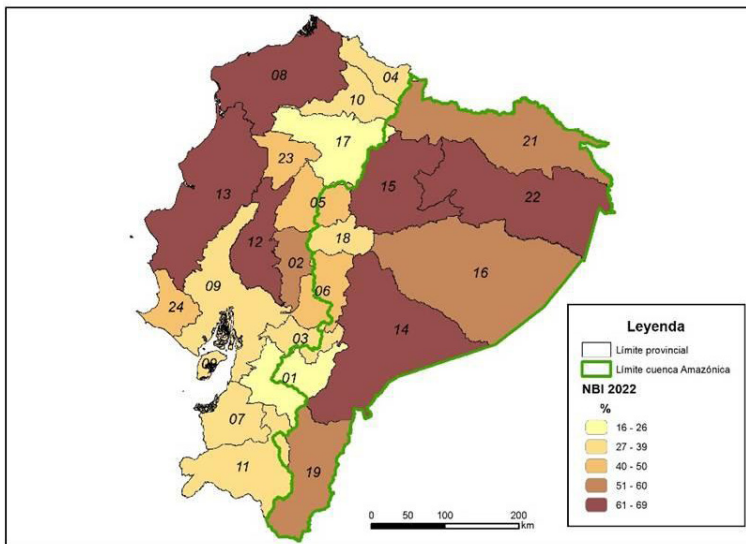
Fonte: Zamora Acosta *et al.* (2025).

A desnutrição, em particular, é a enfermidade mais mencionada pelas famílias de mais de 12 (doce) comunidades amazônicas (Zamora Acosta *et al.*, 2024). Em Capirona, os resultados da pesquisa mostram que 95% dos domicílios reportaram algum tipo de enfermidade no último ano, predominando as afecções estomacais e respiratórias “associadas à contaminação das fontes de água por mercúrio e resíduos minerários” (entrevistado).

A pobreza das comunidades indígenas amazônicas, medida por meio do indicador de Necessidades Básicas Insatisfeitas – NBI (Figura 3), evidencia o grau de exclusão dessas populações por parte das políticas estatais nacionais e locais. Isso, somado ao acesso limitado aos recursos econômicos para custear transporte, educação, saúde e alimentos, pode levar algumas famílias a perceberem a mineração ou a extração de petróleo como alternativas de subsistência, invisibilizando os impactos ambientais e de saúde territorial que tais atividades geram (Zamora Acosta, 2016).

Zamora Acosta *et al.* (2024) argumentam que as comunidades amazônicas enfrentam condições estruturais de pobreza e desigualdade. Em Capirona, por exemplo, a renda média *per capita* diária não supera US\$1,1 e mais de 80% dos domicílios se encontram abaixo da linha de pobreza extrema. Apesar disso, os laços de cooperação, a troca de produtos e o uso compartilhado do território constituem mecanismos de resiliência diante da exclusão econômica. A economia da solidariedade e da reciprocidade — própria da cosmovisão amazônica — manifesta-se nas práticas de cultivo, na redistribuição de alimentos e no cuidado comunitário da enfermidade, como se evidenciou durante a pandemia de Covid-19 (Zamora Acosta *et al.*, 2025). Esses valores desafiam a lógica do individualismo e da acumulação, reafirmando a vigência de modos de vida sustentados na interdependência e no cuidado mútuo.

Figura 3. Mapa de Necessidades Básicas Não Atendidas (NBI)



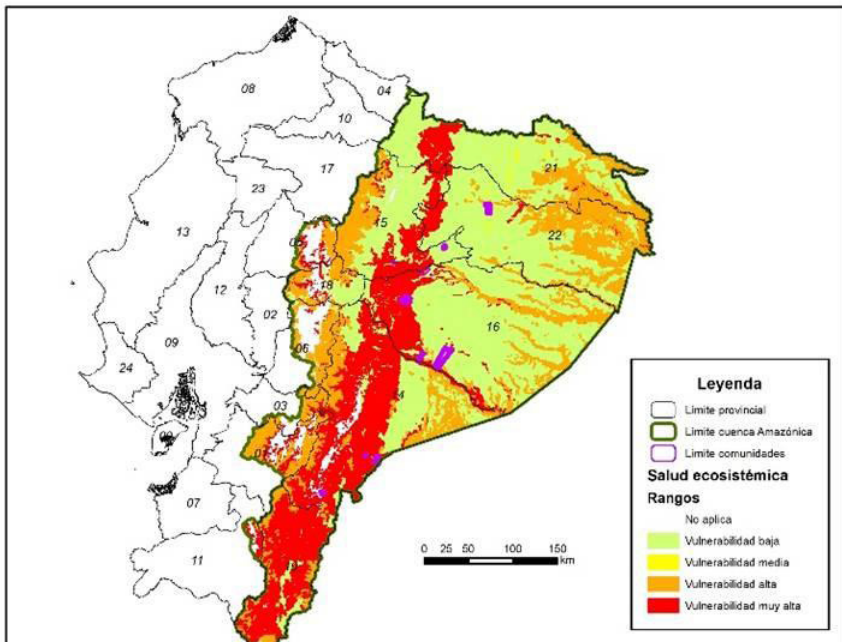
Fonte: INEC⁸ (2022), Zamora Acosta *et al.* (2024).

8 Instituto Nacional de Estadísticas y Censos.

A mineração e outras formas de extrativismo (petróleo, monocultivos) representam uma ameaça estrutural para as *chacras de vida*. Não se trata apenas da contaminação ou da perda de cobertura vegetal, mas de uma ruptura profunda da relação espiritual entre os povos e seus territórios.

A saúde ecossistêmica dos territórios é avaliada em unidades de 1 km², considerando faixas de vulnerabilidade determinadas por status de proteção, atividades extrativas, desmatamento, fragmentação dos ecossistemas e ameaças como poços petrolíferos, mineração metálica, derramamentos de hidrocarbonetos e contaminação minerária (Zamora Acosta *et al.*, 2024).

Figura 4. Saúde ecossistêmica da Amazônia equatoriana



Fonte: Zamora Acosta *et al.* (2024).

Em meio a contextos de desequilíbrio socioambiental, a produção agroecológica e a medicina ancestral se configuram como expressões de resistências cultural e sanitária. As *chacras*, mais que

espaços agrícolas, se constituem territórios terapêuticos nos quais se regeneram as relações entre corpo, terra e espírito. Sob uma perspectiva ecossocial, representam núcleos de saúde que articulam diversidade produtiva, gestão coletiva do conhecimento e sustentabilidade biocultural. Essa lógica integral se contrapõe à fragmentação das políticas públicas, que tratam saúde, alimentação e ambiente de forma dissociada. Nas *chacras*, essas dimensões se entrelaçam organicamente: cultivar é também cuidar e fortalecer o tecido comunitário. Assim, a saúde é concebida como equilíbrio dinâmico entre seres humanos e território, expressão de harmonia e bem-estar coletivo.

As *chacras* se configuram como nós de uma rede territorial que reproduz vida, conhecimento e valores de solidariedade, trabalho comunitário e respeito à natureza, fundamentos de uma saúde territorial integral. Este enfoque desafia o paradigma biomédico e propõe compreender a saúde a partir das inter-relações ecossociais, nas quais o bem-estar humano depende do equilíbrio dos ecossistemas. Frente ao deterioramento ambiental e às desigualdades sociais, as comunidades amazônicas reafirmam o *sumak kawsay* como princípio ético e político. Assim, proteger as *chacras de vida* representa não apenas um imperativo ambiental, mas um compromisso civilizatório em defesa dos povos, da natureza e de seus direitos constitucionais.

2. Quintais produtivos no Brasil: territorializações da vida e Políticas Públicas

Historicamente, tanto na cidade como no campo, os quintais se apresentam como espaços ao redor das casas, que integram a vida doméstica. Os quintais produtivos possuem práticas cotidianas que comportam a diversidade, produto de uma associação entre o cultivo de

espécies medicinais, ornamentais, frutíferas, hortaliças e a criação de pequenos animais. Nesse sentido, não se refere a um espaço abstrato, homogêneo e/ou *vazio*, mas o local de reprodução social.

Tais quintais apresentam e refletem práticas que estão articuladas a diferentes dimensões, funções sociais e ambientais, tais como: diversificação, segurança e soberania alimentar, geração de renda complementar, vinculação aos saberes da experiência, de saúde e de conservação da agrobiodiversidade. Essas podem ser vistas junto aos povos e comunidades tradicionais, populações rurais e, também, urbanas e, ainda que não assumam destaque para a economia formal, são fundamentais para complementar a alimentação e os cuidados com a saúde das populações que nesses locais habitam.

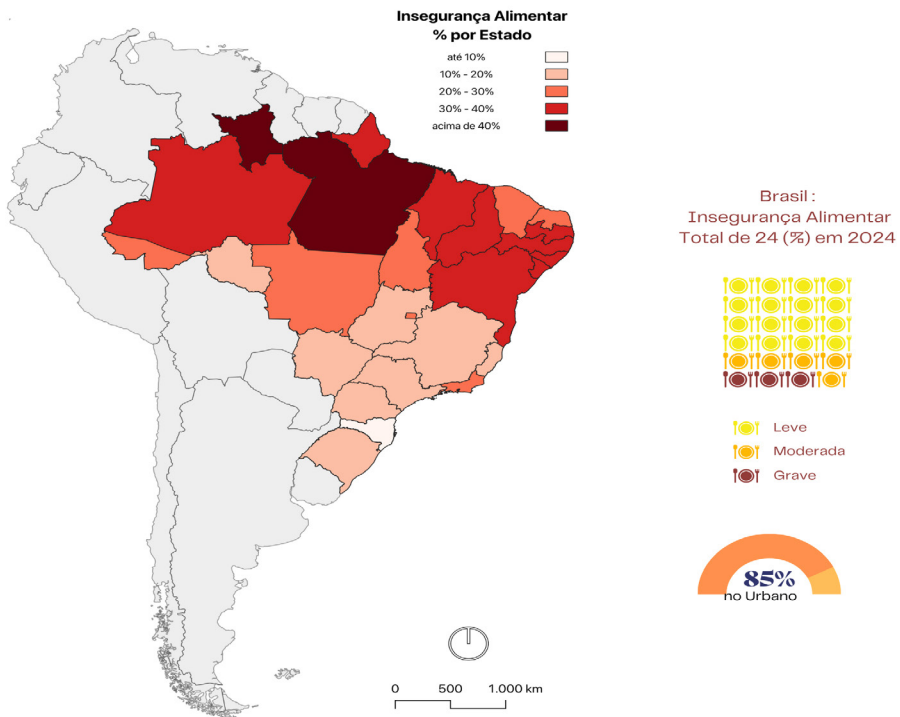
Atualmente, nota-se no Brasil uma diminuição na produção de alimentos que compõem a base da dieta de sua população, como feijão, arroz e a mandioca em prol de *commodities* e monocultivos vinculados ao projeto político e econômico do agronegócio, a exemplo da soja. Esse fato corrobora para a permanência histórica da fome e ausência da soberania alimentar no país, mesmo diante da vasta extensão de terras destinada à produção agrícola, da diversidade de biomas e de seu expressivo potencial aquífero.

Nesse sentido, a fome se apresenta como uma questão socioambiental, resultante da relação entre sociedade e natureza e produto de suas formas de organização, conforme Josué de Castro (2008). Em uma sociedade capitalista, essa ausência de alimentos ocorre tanto na desigualdade da distribuição da riqueza, dos meios de produção (a terra, principalmente), como da produção dos bens.

Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022) apontavam que, em 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer e que 58,7%

da população brasileira convivia com a insegurança alimentar em algum grau – leve (risco de fome), moderado ou grave (fome). Dados de 2024 (PNAD, IBGE, 2024) revelam que aproximadamente 25% dos domicílios do país detêm insegurança alimentar, presente em todas as regiões brasileiras, tanto no campo quanto na cidade (Figura 5).

Figura 5. Insegurança Alimentar no Brasil - 2024



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do IBGE (2024).

Mato Grosso, maior produtor de soja e detentor do maior rebanho bovino do país, possuía em 2024 mais de 21% dos domicílios com insegurança alimentar (PNAD, IBGE, 2024). Durante a pandemia de Covid-19, sua capital Cuiabá, ficou nacionalmente

conhecida pela “fila de ossos⁹” que expressa a desigualdade na produção e acesso aos alimentos. A capital, que já foi conhecida como *cidade verde* por seus quintais repletos de mangueiras e outras árvores frutíferas, testemunha agora uma transformação em sua paisagem. A especulação imobiliária tem substituído as casas e seus quintais por edifícios de concreto, reduzindo drasticamente as áreas verdes e os espaços de convivência familiar e comunitária, conforme apontado por Brito e Coelho (2000).

A diminuição dos quintais produtivos na cidade se relaciona com o aumento da urbanização, que atingiu mais de 87% em 2022 (IBGE, 2022), da expansão do tecido urbano, da fragmentação do solo e da verticalização. No entanto, em alguns bairros a prática ocorre, ainda que por vezes, com a diminuição das espécies arbóreas e/ou com a utilização de materiais recicláveis para o plantio de hortaliças, legumes, frutas e espécies medicinais. É o caso do Jardim Eldorado, bairro periférico localizado na região Leste de Cuiabá, em que a ocupação urbana se iniciou na década de 1990 e que até os dias atuais não se concluiu a regularização fundiária, o acesso ao saneamento básico e a pavimentação. Em entrevistas realizadas nos anos de 2021 e 2022, diversas famílias relataram que a alimentação se configurava como o seu maior gasto. Também foi possível identificar situações de fome e estratégias para amenizá-la (Ahlert *et al.*, 2023).

Entre essas estratégias se destacaram, nos anos seguintes, nesse bairro, a implementação e o fortalecimento dos quintais produtivos, via projeto de extensão universitária. Nesse projeto, as famílias revelaram a sua importância para o complemento da alimentação,

9 Durante a pandemia de Covid-19, um açougue de Cuiabá ganhou destaque na mídia e nas redes sociais em função da doação de ossos com restos de carne para pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade, que formavam uma grande fila.

doação e solidariedade, por meio da produção de alimentos sem a utilização de agrotóxico:

Utilizo para o nosso consumo mesmo, como o cheiro verde, as folhas [...]. Agora a minha couve que está bem bonitinha, faço salada [...] faço até um chá pra eu tomar de manhã com limão e, às vezes, também tem alguns vizinhos que vem aqui e sabe que tem a hortinha e pede algumas folhinhas ai eu pego e dou, tiro umas folhinhas pra eles também (Família 1). Ter minhas próprias verduras produzidas por mim mesma é mais saudável. [...] Utilizo o produzido para o meu consumo diário e divido com vizinhos (Família 2). (Faria *et. al*, 2025, sp).

A perspectiva adotada no projeto reforça a agroecologia, que se fundamenta em técnicas e saberes tradicionais, em uma perspectiva de respeito à diversidade, ao solo, à água, à segurança alimentar, entre outros. Não se trata unicamente de uma forma de produzir alimento, mas de produção de conhecimento, e de reconhecer-se enquanto parte da natureza e, na interação com essa e com o outro, sendo estabelecidos e desempenhados papéis político, crítico e reflexivo (Silva, 2017).

O sentido alimentar também aparece nos quintais produtivos, como afirmam as mulheres do Projeto de Assentamento Egídio Brunetto, localizado no município de Juscimeira em Mato Grosso:

[...] uma segurança alimentar que a gente tem. Então, lá não tem arroz, mas tem mandioca. Vamos tirar um pé de mandioca, né? Ah não tem a mandioca, mas daqui de tanto tempo vai ter abóbora. Vamos armazenar essa abóbora né? Pra que a gente tenha uma certeza de que amanhã a gente tem o que comer (Entrevistada 1) (Faria *et al*, 2024, p. 6).

Esse Assentamento foi criado em 2014 com 72 famílias, após mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A área de 1.971 hectares, antes pertencente à Fazenda Jatobá, foi desapropriada pelo órgão estatal para fins

de Reforma Agrária. A Fazenda, marcada por multas ambientais e uso pecuário extensivo, era considerada improdutiva em decorrência da degradação das pastagens, erosões superficiais e compactação do solo.

No contexto encontrado pelas famílias assentadas, a implementação e o fortalecimento dos quintais produtivos surgem como alternativas para auxiliar na recuperação das áreas degradadas, garantindo uma função ecológica, por conservarem alta diversidade de plantas — árvores, arbustos, trepadeiras e herbáceas — em sua composição e garantirem a variabilidade genética de muitas espécies. O que proporciona, ainda, conforto térmico e sensação de bem-estar, aspectos essenciais diante das variabilidades climáticas do estado.

Os quintais produtivos são considerados como uma possibilidade da experimentação de novas variedades, do resgate das formas de plantio e de autonomia, o que fundamenta uma gestão territorial oriunda da apropriação e organização camponesa, pois são entendidas como uma “cultura de vivência com o que a gente se alimenta” (Entrevistada 1) (Faria *et al.*, 2024, p. 6).

A produção dos quintais também se destina às relações de troca não-monetárias e de solidariedade, que se contrapõem ao movimento em que o alimento se transforma em mercadoria, em que o tempo é controlado pela jornada de trabalho e a força de trabalho não pertence ao próprio trabalhador:

É gratificante assim, porque você está plantando pra você. Chega um companheiro aqui, tem uma mandioca para você dar? Chega uma pessoa da rua e pergunta se você tem um ovo? Ou um frango? E você tem. Quando você tá na cidade tudo que você quer, você tem que comprar! [...] Já aqui você vai ali troca com um companheiro alguma coisa, ou você só chega e ele já oferece (Entrevistada 2) (Faria *et al.*, 2024, p. 54).

Sabe-se que em diversas ocasiões e contextos existe a venda do excedente produzido nos quintais, e sua conversão em dinheiro se faz com a finalidade de adquirir outras mercadorias para satisfação das necessidades. Essas relações monetárias ocorrem diretamente com o/a consumidor/a, com os intermediários comerciantes locais, ou com o Estado por meio de políticas públicas de compra direta, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Vem pessoa comprar banha, vem pessoa comprar torresmo, vem comprar essas coisas, eu vendo, mas eu dou também para as pessoas, [...] tem coisa que vende e tem coisa que a gente doa. [...] dá um dinheirinho [...] não dá tanto, mas dá alguma coisinha. Do quintal que a gente às vezes faz um dinheirinho a mais, é dos porcos, né? Dos porcos, do leite, porque você leva um, vamos supor, se eu levar dez queijos, eu já vou vendendo a vinte e cinco, né? Ai eu também dividi o leite, dá pra tirar um dinheirinho bom. Mas assim, esse negócio de mandioca e outras coisas miúdas, não dá muito, não! (Entrevistada 3) (Faria *et al.*, 2024, p. 26).

Nota-se que essa comercialização tem maior ocorrência nos quintais produtivos do espaço rural, mas essa não representa um montante fixo mensal, e depende, ainda, do período do ano (chuva ou estiagem) ou se a família detém sistema de irrigação. O fornecimento de alimentos se configura como um dos conteúdos do quintal, que ocorre diretamente pela produção-consumo das famílias ou dos animais criados, e indiretamente por meio da comercialização local ou regional dos excedentes *in-natura* ou processados (como doces, compotas, geleias, temperos oriundos da secagem artesanal das folhas).

Nesse sentido, os quintais produtivos se apresentam como uma das fontes da sobrevivência das famílias e de reprodução física e social, material e imaterial, como expressa uma das mulheres participantes no projeto de extensão:

Meu quintal é parte de mim! Tem história, memórias, alegrias, curas, sonhos... É onde a luta coletiva do MST me possibilitou fincar raízes, fazer morada, construir ninho, ter vida comunitária. A cada dia agradeço e renovo a esperança na vida, na organização e na luta! É maravilhoso plantar e comer alimentos saudáveis, sem nenhum tipo de veneno! Ter para comer, vender, doar, compartilhar! Poder receber a companheirada, a família, acolher na melhor forma possível! Dá muito trabalho, é verdade, mas também muitas alegrias, energias, saúde... coração fica quentinho vendo as plantas crescerem, florirem, dar frutos e sementes. Aos poucos vamos aprendendo a cultivar no sistema agroflorestal, com muita diversidade em um espaço pequeno. Nosso tempo e nossas energias estão dedicados ao estudo e trabalho na terra, na organização na comunidade e no cultivo do companheirismo e da mística revolucionária que nos move a cada dia na construção da revolução socialista! Como diz o título do projeto, devemos trabalhar todos os dias para cultivar a terra, a vida, os saberes e a resistência! (Escritos de Itelvina Masioli) (Faria *et al.*, 2024, sp).

Os quintais produtivos se constituem como prolongamento da cozinha, de acolhimento, da sociabilidade, da partilha dos conhecimentos, da convivência, da reunião da família, da prosa com a vizinhança, entre outros. Nesses locais se destaca o papel das mulheres, que se configuram como protagonistas, em consequência do seu trabalho na produção deste espaço. Tal protagonismo questiona a invisibilidade trazida pelo senso comum de que seu trabalho se configura como *uma ajuda* ou algo sem equivalência monetária. Por meio do saber-fazer, essas se tornam detentoras dos conhecimentos tradicionais no que se refere às plantas, sementes (seu armazenamento) e técnicas de plantio.

No âmbito das políticas públicas se destaca que, recentemente, durante a terceira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi instituído o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais (Decreto nº 11.642, de 16 de agosto de 2023). Configura-se como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais, ao fomentar a organização coletiva e ampliar o acesso às políticas de produção e comercialização de alimentos. Entre suas ações são incluídas o apoio à aquisição de equipamentos,

insumos e utensílios necessários à implantação ou ampliação dos quintais, bem como o incentivo ao uso de tecnologias sociais de acesso à água, reconhecendo a centralidade desses espaços na sustentabilidade da vida. Suas diretrizes abrangem a promoção da produção sustentável de alimentos saudáveis, a garantia da segurança alimentar e nutricional, o fomento à geração de renda e o estímulo à organização produtiva de base agroecológica, observando as legislações ambiental, sanitária e de uso do solo vigentes em cada território (Brasil, 2023).

Ao institucionalizar o apoio aos quintais como política pública, ainda que inicialmente para aqueles situados nas áreas rurais, reconhece-se a importância desses espaços como territórios de vida — materiais e imateriais —, em que se entrelaçam produção, o cuidado, a solidariedade e a resistência, elementos que sustentam o protagonismo social e político das mulheres rurais. Espera-se, nesse sentido, que essa seja uma conquista não temporária e que possa ser estendida e articulada a outras políticas voltadas para as mulheres que produzem e reproduzem a vida cotidianamente em seus territórios.

Considerações

Este trabalho buscou analisar a importância das *Chacras de vida* no Equador e dos quintais produtivos no Brasil, bem como sua relação com as políticas públicas nesses países. Neste texto se destacou como essas práticas são expressões concretas e simbólicas de resistência e de cuidado com a vida. Mais do que a localização de uma porção no terreno esses se configuram como territórios de existência, saber e identidade, no qual são cultivados não apenas alimentos, mas também relações sociais, valores e modos de vida que se contrapõem às lógicas da reprodução do capital e do produtivismo agrícola. Em um contexto no qual predominam a mineração, que

cerca e destrói os territórios indígenas na Amazônia equatoriana; e os monocultivos destinados à exportação, pretende-se o diverso, a conjugação de cores e sabores que alimentam e nutrem, considerando as diferentes culturas alimentares. Nessas, a produção da existência material e imaterial acontece, por meio de saberes ancestrais, das práticas de solidariedade, das formas coletivas de organização, da vinculação com o sagrado, no cuidado com a terra e com a natureza.

As legislações dos dois países, aqui em destaque, apontam o direcionamento dado à temática da alimentação e ajudam a compreender as bases institucionais que podem vir a fortalecer essa territorialização da vida. Enquanto o direito à alimentação adequada vem se consolidando no Brasil — a partir da sua incorporação na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional n. 64/2010 da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2010) —; no Equador, sua Constituição de 2008 aborda a Soberania Alimentar, os Direitos da Natureza e o princípio do *Sumak Kawsay* (Bem Viver), que orienta uma concepção ampliada de bem-estar e de convivência harmônica entre seres humanos e natureza.

Essas distinções normativas refletem diferentes caminhos de institucionalização do direito à alimentação, da segurança e soberania alimentar e do reconhecimento das práticas agroecológicas e comunitárias, o que demanda dos dois países esforços contínuos no sentido de fortalecer as políticas de Estado no intuito de garantir as condições adequadas para quem produz e de acesso aos alimentos. Implica, portanto, em acesso mais igualitário à terra, à água, às sementes; como ainda, em formas justas de comercialização, com preços que garantam a reprodução do produtor.

Nessa direção, para que as *chacras de vida* e os quintais produtivos se fortaleçam, é imprescindível a construção de políticas

públicas integradas, que valorizem o protagonismo das mulheres e a diversidade territorial, que potencializem a geração de renda, a produção de alimento e o sentido de pertencimento. Por fim, reconhecer as *chacras* e os quintais em sua amplitude social é reconhecer, também, que nesses pulsa uma visão ampliada de futuro, de construção prática de projetos: uma forma de resistência cotidiana frente à desigualdade, à insegurança alimentar e à destruição ambiental.

Referências

AHLERT, B. *et al.* **Relatório do Projeto de Extensão “Diagnóstico Socioterritorial e o Direito à Cidade”**. Cuiabá: UFMT, 2023.

BRASIL. *Decreto nº 11.642, de 16 de agosto de 2023*. Institui o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 ago. 2023.

BRITO, M. A.; COELHO, M. F. B. *Os quintais agroflorestais em regiões tropicais: unidades auto-sustentáveis*. **Agricultura Tropical**, Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 7–38, 2000.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Quito: Asamblea Constituyente, 2008.

FARIA, C. S. *et al.* **Caderno de entrevistas: camponesas do Egídio Bruneto**. Relatório do Projeto de Extensão “Quintais produtivos: mulheres cultivando a terra, a vida, os saberes e a resistência”. Cuiabá: UFMT, 2024.

FARIA, C. S. *et al.* **Relatório do Projeto de Extensão “Mãos Solidárias: Horta e Quintais Produtivos – Etapa III”**. Cuiabá: UFMT, 2025.

JARRÍN, P.; TAPIA, L.; ZAMORA, G. La colonia interna vigente: transformación del territorio humano en la región amazónica del Ecuador. *Letras Verdes: Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales*, n. 20, p. 22–43, set. 2016.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. [S. l.]: Rede PENSSAN, 2022.

SILVA, J. N. *Juventudes rurais e agroecologia: um diálogo imprescindível*. *Redes*, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio/ago. 2017.

SOJA, E. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

ZAMORA ACOSTA, G. Z. **La gestión del territorio en un estado plurinacional: retos de la implementación de las circunscripciones territoriales indígenas como regímenes especiales en el Ecuador**. 2016. Tesis (Maestría en Ciencias Sociales) – FLACSO Ecuador, Quito, 2016.

ZAMORA, G. Z.; CASTILLO, O. L.; BETANCOURT, O.; LEÓN, X. *Salud y territorio en la Amazonia: raíces de vida y huellas de despojo en comunidades indígenas*. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, v. 20, n. 43, 2024. Dossiê: América Latina e Caribe.

ZAMORA, G. Z.; TAPIA, L.; TAPUY, L. *Territorios indígenas y conflictos socioambientales en América Latina post-COVID-19: (In) justicias socioterritoriales en la comunidad Kichwa de Capirona (Napo, Ecuador)*. **Revista Mutirõ**, [en proceso de publicación].